

Transformação de um edifício bancário em espaço cultural: o caso do Museu Histórico de Araranguá (SC), Brasil

Transformation of a bank building into a cultural space: the case of the Historical Museum of Araranguá (SC), Brazil

Transformación de un edificio bancario en espacio cultural: el caso del Museo Histórico de Araranguá (SC), Brasil

Paola Vieira da Silveira¹

Luiz Eduardo Pereira²

Camila Mengue Pereira³

Recebido em: 29 jul. 2025
Aceito para publicação em: 10 nov. 2025

¹ Mestra em Ciências Ambientais, na linha de pesquisa Sociedade e Ambiente, e graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Docente substituta no Instituto Federal Catarinense. *E-mail*: vieiraspaola@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7229-4576>.

² Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail*: lepereira@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6130-5655>.

³ Arquiteta e urbanista pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), pós-graduada em Arquitetura Sustentável. Atua como produtora cultural, diretora artística e artesã, desenvolvendo projetos que articulam arte, memória e educação. *E-mail*: arquitetacamilamengue@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7745-4154>.

Resumo: Este artigo analisa o processo de transformação de uma edificação histórica localizada no centro de Araranguá (SC), originalmente uma agência bancária que na atualidade abriga o Museu Histórico Cônego Paulo Hobold e outras seções culturais do município. A investigação busca compreender de que forma o edifício foi ressignificado como espaço de salvaguarda da memória e da cultura local. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise documental, visitas técnicas, levantamento fotográfico e entrevistas com agentes envolvidos no setor de cultura da cidade. Os resultados evidenciam que a preservação da edificação e sua conversão em museu resultaram do engajamento de gestores culturais e da valorização simbólica do espaço por parte da comunidade. Destaca-se que, mesmo sem tombamento formal, o prédio passou a exercer duplo papel patrimonial, como testemunho material da história urbana e como espaço de dinamização cultural e educação para o patrimônio.

Palavras-chave: patrimônio cultural edificado; museu; Araranguá; cultura; instituições bancárias.

Abstract: This article analyzed the transformation process of a historic building located in the center of Araranguá (SC), Brazil, originally a bank branch that currently houses the Cônego Paulo Hobold Historical Museum and other cultural sections of the municipality. The investigation sought to understand how the building was redefined as a space for safeguarding local memory and culture. The research was developed through bibliographic review, document analysis, technical visits, photographic survey, and interviews with agents involved in the city's cultural sector. The results showed that the preservation of the building and its conversion into a museum resulted from the engagement of cultural managers and the symbolic appreciation of the space by the community. It is noteworthy that, even without a formal heritage listing, the building has come to play a dual heritage role as a material testimony of urban history and as a space for cultural dynamization and heritage education.

Keywords: built cultural heritage; museum; Araranguá; culture; banking institutions.

Resumen: Este artículo analizó el proceso de transformación de un edificio histórico ubicado en el centro de Araranguá (SC), Brasil, originalmente una agencia bancaria que actualmente alberga el Museo Histórico Cônego Paulo Hobold y otras secciones culturales del municipio. La investigación buscó comprender cómo el edificio fue resignificado como espacio de salvaguarda de la memoria y la cultura local. La investigación se desarrolló mediante revisión bibliográfica, análisis documental, visitas técnicas, relevamiento fotográfico y entrevistas con agentes involucrados en el sector cultural de la ciudad. Los resultados evidenciaron que la preservación del edificio y su conversión en museo resultaron del compromiso de los gestores culturales y de la valorización simbólica del espacio por parte de la comunidad. Se destaca que, sin un proceso formal de patrimonialización, el edificio pasó a desempeñar un doble papel patrimonial como testimonio material de la historia urbana y como espacio de dinamización cultural y educación para el patrimonio.

Palabras clave: patrimonio cultural edificado; museo; Araranguá; cultura; instituciones bancarias.

CONTEXTO

A paisagem cultural urbana é composta por edifícios que, mais do que estruturas físicas, testemunham processos sociais, econômicos e simbólicos. Em muitas cidades, porém, a lógica do crescimento urbano e determinadas políticas de desenvolvimento desconsideram o valor histórico desses espaços, promovendo o apagamento de memórias coletivas em nome da modernização. No município de Araranguá (SC), contudo, resiste no centro da cidade uma edificação que se impõe tanto por sua arquitetura, que se destaca em meio às construções modernas, quanto por sua relevância histórica, mas principalmente por abrigar importantes instituições de cultura, como o Museu Histórico e o Arquivo Histórico Municipal.

O município de Araranguá está localizado na região do extremo sul de Santa Catarina. Segundo o censo de 2022, sua população é de 71.922 habitantes (IBGE, 2022). Entre suas principais atividades econômicas estão: comércio, transportes, indústria e agropecuária (Sebrae, 2024). Enquanto município politicamente autônomo, sua história inicia-se em 1880, com emancipação do município de Tubarão, que, por sua vez, havia se desmembrado de Laguna. O povoado que mais tarde daria origem ao município começou a se desenvolver com a abertura do “Caminho dos Conventos” ainda no século XVIII. Esse caminho ligou a rota litorânea usada pelos mercadores viajantes à região de Curitiba, no planalto serrano, facilitando o escoamento de mercadorias em direção a Minas Gerais por meio do tropeirismo⁴.

Do ponto de vista territorial, o município de Araranguá, em sua primeira formação, compreendia a área que hoje abrange as cidades de Sombrio, Balneário Gaivota, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Passo de Torres, Jacinto Machado, Turvo, Ermo, Praia Grande, Maracajá, Meleiro, Timbé do Sul, Morro Grande, Balneário Arroio do Silva, isto é, toda a microrregião da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (Amesc), além de parte da microrregião da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC). A fragmentação desse extenso território em novos municípios, ocorrida principalmente entre as décadas de 1940 e 1950, estava inserida no esforço estatal de reorganização administrativa e econômica. Conforme observa Fernando Goulart Rocha (2004), a emancipação das novas unidades alinhava-se às diretrizes nacionais de dinamização industrial e agrícola, que buscavam impulsionar a economia com recursos internos.

Nesse contexto, Araranguá, que na década de 1940 apresentava uma população majoritariamente rural (91,5%), em contraste com 8,5% de população urbana, passou na década de 1950 para 63,9% de população rural e 36,1% urbana. Houve, portanto, uma reorganização técnica e social do território, com uma progressiva elevação dos índices de urbanização (Rocha, 2004). Milton Santos (1993) destaca que o crescimento da população urbana esteve associado à queda da mortalidade e ao aumento da taxa de natalidade, fatores relacionados à melhoria da qualidade de vida da população no período. Essa melhoria, por sua vez, esteve ligada à ampliação do acesso às estruturas municipais e aos avanços em saneamento básico, promovidos pelo próprio processo de urbanização.

⁴ Tropeirismo é o movimento econômico e social baseado na condução, por longas distâncias, de tropas, entendidas como rebanhos ou cargas, prática realizada pelos tropeiros. De acordo com Almeida (1971), a palavra *tropa* pode ser compreendida como um rebanho ou uma multidão, e os homens que guiavam tais grupos passaram a ser chamados de tropeiros. Esses sujeitos transitavam por trilhas indígenas, caminhos de bandeirantes ou rotas próprias, sendo fundamentais para o comércio entre regiões, a formação de povoados e a circulação de culturas e ideias no Brasil colonial e imperial. O tropeirismo teve grande importância especialmente no sul e sudeste do país entre os séculos XVIII e XIX.

A ocupação urbana de Araranguá passou a concentrar-se especialmente nas proximidades do Rio Araranguá, impulsionada também pela presença da estação da estrada de ferro Tereza Cristina, que se consolidou como um importante ponto de embarque e desembarque de passageiros, além de centro de recebimento e distribuição de mercadorias. Com isso, o centro urbano do município foi se estabelecendo a partir do traçado do rio, onde também se fixou seu núcleo administrativo (Hobold, 2005).

Com o avanço da urbanização e o crescimento econômico da região do Vale do Araranguá, tornou-se evidente a necessidade de uma instituição financeira que atendesse às novas demandas comerciais e sociais. A intensificação das trocas econômicas, o aumento do fluxo de mercadorias e o surgimento de uma população urbana mais consolidada exigiam mecanismos mais estruturados de movimentação e guarda de capitais. Diante disso, na década de 1950 foi instalado o primeiro banco da região, situado em uma das esquinas no entorno da praça central da atual cidade de Araranguá, um ponto estratégico que se consolidou como local de encontros e de negócios financeiros (Rosa, 2014).

Segundo Bruna Presa Rosa (2014), a sede do banco foi construída em substituição a uma antiga e ampla casa de comércio que existia no local. A nova edificação foi destinada a abrigar uma agência bancária, com acomodações de moradia para a gerência no segundo andar. Valdemar Hahn Junior (2025) complementa que a edificação terminou de ser construída em 1948, porém o registro do imóvel em órgão ou departamento competente na prefeitura de Araranguá ocorreu no ano de 1958.

A edificação, datada da década de 1940, passou por dois processos de ampliação, sendo o mais recente inaugurado no ano de 2025. Ao longo das décadas, o Banco Nacional do Comércio (Banmercio) passou por fusões e alterações em sua estrutura organizacional, o que levou à sucessiva mudança de nome das agências bancárias, inclusive da unidade localizada em Araranguá. Cronologicamente: Banco Nacional do Comércio S.A. em 1940, Banco Sul Brasileiro S.A. a partir do ano de 1972 e Banco Meridional S.A. no ano de 1985 (Garcia, 1990).

O Banco Nacional do Comércio S.A. (Banmercio) foi fundado no estado do Rio Grande do Sul em 1895. Originalmente com o nome de Banco do Comércio, passou a se chamar Banco do Comércio de Porto Alegre em 1909, até finalmente adotar a denominação Banco Nacional do Comércio em 1917, acrescentando a expressão S.A. em 1941 (Garcia, 1990). Criado por iniciativa do setor comercial de Porto Alegre, o banco contribuiu para o crescimento econômico do setor comercial e agrícola do estado. A partir da década de 1910, expandiu e instalou novas agências no interior do Rio Grande do Sul e também nos estados de Santa Catarina e Paraná, abrangendo toda a Região Sul (Corazza, 2002).

Com a Reforma Bancária de 1964, que reorganizou o sistema financeiro nacional ao criar o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional, além de estabelecer maior controle estatal sobre o crédito e as instituições financeiras, os bancos privados passaram a enfrentar novas exigências regulatórias e um ambiente mais competitivo. Nesse contexto, os bancos privados gaúchos de maior porte iniciaram estudos no intuito de viabilizar possíveis fusões, como forma de se adequar à nova realidade do sistema financeiro. Esse movimento culminou, em 1972, na fusão entre o Banco Nacional do Comércio, o Banco da Província e o Sulbanco, originando o Banco Sul Brasileiro S.A. (Garcia, 1990).

O Banco Sul Brasileiro enfrentou uma série de dificuldades, desde problemas administrativos e gerenciais, refletindo em uma excessiva lentidão no processamento das atividades do banco, até os causados pela alta inflação por que o país passava durante os anos em que exerceu suas atividades. Tais fatores, conforme destaca Garcia

(1990), levaram a instituição a baixos índices de rentabilidade e problemas de liquidez, ocorrendo em fevereiro de 1985 a intervenção do Banco Central do Brasil.

Diante da iminente liquidação do Banco Sul Brasileiro, políticos gaúchos e funcionários da instituição pressionaram o governo para a criação de um novo organismo bancário, substituindo os moldes do Sul Brasileiro. O projeto foi encaminhado pelo Ministério da Fazenda e aprovado em maio de 1985, resultando na criação do Banco Meridional do Brasil S.A., tendo a União Federal como acionista majoritária (Garcia, 1990). O banco funcionou até 1997, quando foi privatizado e encerrou suas atividades em 4 de dezembro daquele ano (Meridional [...], 1997).

Esse processo histórico explica a passagem de diversas instituições financeiras pelo prédio localizado na Praça Hercílio Luz, centro de Araranguá. Com o encerramento das atividades do Banco Meridional, a prefeitura de Araranguá, ainda no ano de 1997, sob a gestão do prefeito Primo Menegalli e do vice Mariano Mazzuco, e tendo como diretor de cultura Alexandre Rocha, iniciou o processo de aquisição da edificação, concluída no ano de 2000, conforme informações de Micheline Vargas de Matos Rocha (2018).

A trajetória dessas instituições financeiras, inscrita nas paredes do edifício, ultrapassa o registro econômico. Ela reforça o valor simbólico e cultural do prédio enquanto testemunho da vida urbana de Araranguá, configurando-o como bem de interesse histórico que constitui um marco da paisagem e da memória coletiva do município. Sua preservação e resignificação como sede de funções públicas e culturais da cidade reforçam seu valor identitário, consolidando-o como patrimônio edificado que articula passado, presente e futuro em diálogo com a comunidade.

O edifício representa a parte da população araranguense que entre os anos de 1940 e 1990 participou das discussões econômicas locais. Já nos anos 2000, o prédio tornou-se um marco das atividades culturais da cidade. Nesse sentido, destaca-se a importância de sua preservação e conservação, bem como da memória que ele representa. Em levantamento feito no ano de 2025, na edificação chamada de Centro Cultural Máxima Astrogilda de Souza funcionam o Museu Histórico Cônego Paulo Hobold, o Arquivo Público de Araranguá, o Departamento de Cultura e parte do Departamento de Turismo.

Esta pesquisa teve início em 2018, com o objetivo de integrar um projeto sobre museus em edificações históricas no sul de Santa Catarina, iniciativa que não chegou a ser finalizada. Ainda assim, o trabalho de campo realizado na época permitiu uma aproximação com o edifício e sua história, visto que é uma instituição de salvaguarda e cultura referência para a região. Em 2025 o estudo foi retomado e ampliado, incorporando documentos recentes, novas observações *in loco* e entrevistas com agentes públicos ligados à cultura municipal.

Nesta pesquisa, o objetivo geral é analisar o processo de resignificação da antiga agência bancária localizada no centro de Araranguá, convertida em museu, enquanto patrimônio cultural urbano e espaço museológico. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: documentar a trajetória de transformação do edifício, desde sua função original como instituição financeira até sua conversão em espaço cultural; analisar as estratégias de preservação e as intervenções arquitetônicas adotadas no processo de transformação do imóvel; identificar e discutir os sentidos atribuídos ao edifício pela comunidade e pelos gestores culturais, consolidando-o como patrimônio cultural urbano e museológico.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida sob a forma de estudo de caso. Foram utilizados como procedimentos: revisão bibliográfica sobre patrimônio edificado, musealização e reutilização de edificações históricas; análise documental e iconográfica (plantas, registros históricos e fotografias); visitas técnicas e levantamento fotográfico *in loco*; e entrevistas (Boni; Quaresma, 2005)

informais semiestruturadas com agentes envolvidos no processo de musealização. A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos, 2018 e 2025, permitindo uma análise diacrônica do processo. Os entrevistados foram: Micheline Vargas de Matos Rocha (coordenadora do museu em 2018, proponente do projeto de musealização e servidora da cultura municipal até o primeiro semestre de 2025), Alexandre Rocha (diretor de cultura na ocasião da aquisição do prédio pela prefeitura) e Valdemar Hahn Junior (servidor da cultura municipal em 2025, na função de chefe de serviços).

Além desta introdução, o artigo organiza-se em três partes. Na primeira, discutem-se referências sobre patrimônio cultural e museus, articuladas ao processo de instituição do Museu Histórico de Araranguá. Na segunda, analisa-se o edifício enquanto patrimônio edificado, reconstruindo sua trajetória como agência bancária e as principais intervenções arquitetônicas que marcaram sua resignificação em espaço cultural. Por fim, apresentam-se a discussão e as considerações finais, nas quais se examina o papel do museu na paisagem urbana e na política cultural do município, indicando desafios e potencialidades para a gestão do patrimônio cultural local.

O MUSEU HISTÓRICO

A transformação de um edifício histórico em museu apoia-se inicialmente em seu valor arquitetônico e histórico como patrimônio cultural. Edifícios representativos carregam características estéticas e simbólicas que narram a história de uma comunidade. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, no artigo 216, inciso IV, reconhece expressamente “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais” (Brasil, 1988) como parte do patrimônio cultural brasileiro. Mas um fator muito importante é a sensibilidade de pessoas que tomam a frente nesses projetos e instigam as políticas públicas, pois infelizmente é comum que prédios antigos sejam demolidos em nome do progresso urbano ou de interesses econômicos imediatos, apagando traços significativos da memória coletiva.

Os museus, por sua vez, cumprem função social crucial como espaços de memória e educação patrimonial. Eles não são meras galerias de objetos estáticos, mas *lugares de memória* que dialogam com o presente. Por meio de exposições e ações formativas, transformam objetos em narrativas vivas. Myrian Sepúlveda dos Santos (2004, p. 58-59) observa que, nas últimas décadas, “a tarefa educativa passou a ser compreendida a partir do diálogo com o público e de práticas interativas”. Ao preservar a história local nesse registro dialógico, o museu contribui para que a comunidade reconheça sua própria identidade cultural e fortaleça a consciência cidadã. À luz das discussões mais recentes sobre museus e espaço público, tais processos também se articulam à produção de sociabilidades e de experiências subjetivas em torno do patrimônio (Gonçalves, 2019).

Nesse sentido, a conversão de edifícios históricos em museus é um tema central na museologia contemporânea, sendo a reutilização adaptativa uma estratégia fundamental para a preservação do patrimônio edificado (Otaviani, 2025; Oliveira *et al.*, 2025). Com base em tais perspectivas, a resignificação de espaços como o Museu Histórico demonstra a capacidade de o patrimônio se tornar um agente ativo na promoção da memória social e na articulação de novas narrativas urbanas.

No caso de Araranguá, o processo de institucionalização do museu foi marcado por avanços e retrocessos, refletindo as dificuldades estruturais que frequentemente acompanham as políticas culturais. Na década de 1990, a cidade ainda não tinha um espaço próprio voltado à cultura ou à salvaguarda de seu acervo documental e museológico. Em 1993, durante a gestão do prefeito Neri Francisco Garcia, foi criada a Casa da Cultura, inicialmente instalada em um imóvel alugado. Essa primeira sede, no

entanto, logo se mostrou limitada, especialmente a partir de 1994, quando começaram a ser recebidas doações de objetos e documentos com o objetivo de compor um futuro museu municipal. Esse impulso inicial, contudo, foi interrompido em 1997 com a mudança de gestão, quando a Casa da Cultura foi desativada e o Departamento de Cultura transferido para a sala de uma escola municipal, comprometendo o desenvolvimento da proposta museológica, conforme relatou Alexandre Rocha (2018).

Ainda em 1997, o edifício, que por décadas havia abrigado diferentes instituições bancárias e que até então pertencia ao Banco Meridional, foi colocado em leilão. De acordo com Alexandre Rocha (2018), *“o paço municipal, contando com alguns secretários sintonizados com a necessidade do município em estruturar um espaço cultural, atuou no interesse público da aquisição da edificação”*. O então prefeito Primo Menegalli (1997-2004) autorizou a compra do imóvel, permitindo que a antiga sede bancária fosse incorporada ao patrimônio público com a intenção de abrigar, futuramente, equipamentos culturais. Micheline Rocha (2018) expõe:

Quando se soube que o antigo prédio do Banco Meridional iria a leilão, surgiu a oportunidade de instalação do espaço. Logo iniciou-se uma mobilização do governo da época, tendo à frente do processo os secretários Ézio Camilo Rocha, João da Silva, André Teobaldo e o diretor do Departamento de Cultura Alexandre Rocha. Esses são os que me recordo. Com o aval do prefeito Primo Menegalli, a compra do imóvel foi efetuada, e a Casa da Cultura passou a ter um espaço. Pelo seu multiuso, o prédio passou a ser denominado de Centro Cultural de Araranguá.

A Casa da Cultura passou a funcionar no prédio, acompanhada por outros departamentos ligados à área cultural do município. Segundo Micheline Rocha (2018), mesmo antes da inauguração formal do museu, diversas exposições e apresentações artísticas eram realizadas no espaço. O andar superior abrigou o Departamento de Cultura, o Arquivo Histórico Municipal, salas de reuniões e a banda municipal. Alexandre Rocha (2018) complementa que, nos anos que antecederam a formalização do museu, o prédio foi intensamente utilizado como Centro Cultural, recebendo oficinas, encontros, ações educativas, além de acolher temporariamente entidades como a Associação Coral de Araranguá⁵, hoje chamado Centro Cultural Máxima Astrogilda de Souza.

Alexandre Rocha (2018) observa que a estrutura do prédio, por contar com várias salas, possibilitou a implementação de uma série de atividades culturais e educativas, como oficinas de arte, encontros com entidades, apresentações e ações de educação patrimonial. No que se refere às adaptações estruturais, os entrevistados Alexandre Rocha e Micheline Rocha concordam que a arquitetura original do prédio foi majoritariamente preservada. Como destaca Alexandre Rocha (2018), as intervenções buscaram preservar a arquitetura original, realizando apenas melhorias como pintura, restauro das janelas e do assoalho, além da instalação de sanitários, recursos de acessibilidade e iluminação técnica para exposições.

Conforme dados publicados no Instagram pela Prefeitura de Araranguá (2025), uma nova ampliação foi realizada no Museu Histórico Cônego Paulo Hobold, a fim de receber equipamentos para auxiliar na preservação do acervo. A ampliação incluiu a instalação de uma mesa higienizadora para limpeza e conservação das peças, além de uma mapoteca

⁵ Em algumas reportagens e outras publicações mais antigas, aparece o nome Casa da Cultura Máxima Astrogilda de Souza, referindo-se à ocupação dessa edificação, contudo a nomenclatura mais aceita e que ocupa a fachada do prédio é **Centro Cultural** Máxima Astrogilda de Souza.

para facilitar o armazenamento e a organização de documentos cartográficos. Além disso, contou com a instalação de um arquivo deslizante. Essa intervenção tornou-se necessária em virtude do crescimento do acervo, que já ultrapassa 300 mil itens, incluindo peças centenárias e documentos históricos que narram a trajetória de Araranguá desde 1883.

A proposta de implantação do Museu Histórico de Araranguá foi formalizada em 2008, durante o primeiro mandato do prefeito Mariano Mazzuco Neto, tendo à frente da Fundação Cultural o diretor Vânio Coral. A iniciativa partiu dos historiadores Alexandre Rocha e Micheline Vargas de Matos Rocha, que propuseram a criação do museu no térreo do Centro Cultural. Nas palavras de Micheline Rocha (2018), a proposta *"foi impulsionada pela necessidade de se ter um espaço específico para salvaguardar a história local"*.

A inauguração oficial do Museu Histórico de Araranguá ocorreu no dia 26 de agosto de 2009. O projeto contou com a coordenação da historiadora Micheline Vargas de Matos Rocha e do museólogo Idemar Ghizzo, enquanto o Departamento de Cultura estava chefiado pela professora Ana Regene Varela (Prefeitura de Araranguá, s. d.; Amesc, 2009; Souza, 2017). O museu foi estruturado por meio de um acervo construído coletivamente com doações da comunidade. Conforme destaca Micheline Rocha (2018),

é um museu temático, que trabalha exposições de curta e longa duração, não é um museu permanente. Além das mostras realizadas no local, o museu está diariamente em contato com a comunidade através do projeto de Educação Patrimonial Museu na Escola.

Em visita realizada em julho de 2025, guiada por Valdemar Hahn Junior, observamos que havia no segundo andar algumas salas com exposição permanente, por exemplo exposição sobre a história da comunicação e sobre arqueologia regional. No piso térreo, estava sendo montada uma exposição sobre a cultura açoriana, mas Hahn Junior disse que os representantes da cultura estavam planejando uma exposição permanente. A proposta surgiu como alternativa à dificuldade de realizar trocas frequentes de acervo, principalmente pelos custos envolvidos, mas também pela incompreensão de parte da comunidade local sobre a rotatividade das peças. Muitas famílias que doaram objetos, por exemplo, acabam solicitando sua devolução ao não vê-los expostos constantemente, o que reforça a necessidade de uma mostra permanente que garanta visibilidade contínua às doações recebidas, suprimindo tal dificuldade.

O museu não possui cobrança de entrada, tampouco gera receita própria. Sua manutenção dá-se exclusivamente com recursos públicos, sob responsabilidade da Prefeitura, que atua como sua mantenedora. Em caso de necessidade de aquisição de materiais ou serviços, os processos são realizados por meio de solicitação direta ou abertura de licitação. O museu não recebe recursos do Fundo Municipal de Cultura, mas recentemente foi contemplado parcialmente por verbas provenientes da Lei Aldir Blanc, em virtude da obrigação legal imposta aos municípios de investir em cultura para receber os repasses.

Entre os desafios enfrentados, destaca-se o distanciamento da população local, que ainda não possui o hábito consolidado de visitar museus. O público visitante é constituído por pessoas de fora do município ou novos moradores. No que se refere às ações socioculturais, o museu possuía a prática de levar exposições itinerantes às escolas, ficando à disposição dos estudantes, atividade que, segundo Hahn Júnior, não tem ocorrido nos últimos dois anos. Ainda assim, as visitas escolares ao espaço físico do museu agendadas seguem acontecendo.

Outro ponto relevante é a parceria firmada entre o setor de cultura e o Presídio Regional de Araranguá, por meio da qual pessoas privadas de liberdade têm colaborado com a produção de mobiliário para o museu, como cavaletes e suportes expositivos. A ação não apenas contribui para a redução de custos para a instituição, como também reforça a importância da inserção social por meio do trabalho e da cultura.

Em síntese, o percurso que converteu a antiga agência bancária em museu revela que preservar um edifício histórico vai além de resguardar sua materialidade: significa transformá-lo em dispositivo de construção cidadã. A adesão da comunidade às doações, a atuação continuada de gestores culturais e as adaptações arquitetônicas mínimas mostraram que o valor patrimonial ganha vitalidade quando se articula à prática educativa e à participação social. Nesse ponto, o Museu Histórico de Araranguá alinha-se à perspectiva de que o museu contemporâneo funciona como espaço dinâmico, capaz de gerar múltiplas narrativas culturais e de acolher públicos diversos em diálogo com as demandas do presente.

A ARQUITETURA

Faz-se necessário analisar não apenas a arquitetura da edificação, mas também sua localização, que desempenha papel fundamental no contexto urbano do município. Antes de se tornar sede de uma instituição financeira, o terreno, situado na esquina da Praça Hercílio Luz com a Avenida Sete de Setembro, abrigava uma construção de pequena escala, erguida por volta de 1918 (Hahn Junior, 2025). Tratava-se de uma casa térrea e simples, que funcionava como residência e comércio de secos e molhados. Essa localização também recebeu o primeiro posto de gasolina instalado em Araranguá, como mostra a imagem a seguir. Hahn Junior (2025) destaca que, mesmo nesse estágio inicial, a posição do imóvel já possuía relevância estratégica, pois estava inserido no núcleo urbano formado pela praça principal e pela igreja matriz.

Figura 1 – Antiga casa de comércio e Posto Esso, que deu lugar ao prédio atual



Fonte: Arquivo Público de Araranguá (doações das famílias Salvador e Bertoncine, 1940)

Na década de 1940, intervenções reformaram a casa para atender às necessidades comerciais, mas foi apenas por volta de 1946 que a antiga estrutura foi demolida e deu lugar ao edifício de dois pavimentos para sediar o Banco Nacional do Comércio, que foi concluído em 1948. Além da agência bancária no pavimento térreo, no andar superior havia um apartamento, utilizado pela gerência do banco, como mencionado anteriormente. A imagem a seguir ilustra o prédio nas primeiras décadas de funcionamento, destacando sua inserção na paisagem urbana da época.

Figura 2 – Edificação do atual museu no centro da imagem (período estimado: décadas de 1950/60)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Araranguá

É possível observar que o edifício segue os parâmetros identificados em outras filiais do Banmércio, caracterizando-se como uma construção imponente de mais de um pavimento, que se destaca na paisagem de seu entorno, com esquina chanfrada que abriga a porta de entrada. Esses elementos arquitetônicos dialogam com o padrão adotado pela instituição bancária em diversas cidades, reforçando sua identidade visual e presença urbana.

Nesse contexto, destaca-se a atuação do arquiteto alemão Theodor Wiederspahn, que imigrou para o Brasil em 1908 e foi contratado como responsável pelo escritório de engenharia de Rudolf Ahrons, em Porto Alegre (Gaklik; Saad, 2013). Em 1915, com o fechamento do escritório, Wiederspahn iniciou carreira autônoma, tornando-se um dos arquitetos mais requisitados da época. Seus projetos abrangeram não apenas Porto Alegre, mas também cidades do interior do Rio Grande do Sul (Bicca, 2010), incluindo diversas agências do Banco Nacional do Comércio em localidades como Santa Maria, Osório, São Francisco e Cruz Alta (Tolotti Filho, 2010).

Apesar de não existirem registros ou documentos que confirmem a autoria da agência de Araranguá, a configuração arquitetônica e os elementos estilísticos sugerem forte influência de Wiederspahn, o que permite estabelecer uma relação com sua obra, ainda que a atribuição direta não possa ser comprovada. Marcadas pelo ecletismo, as edificações das agências do Banmércio apresentam características de Art Déco, Art Nouveau, Barroco e Neoclássico, conforme apontam Gaklik e Saad (2013), Bicca (2010) e Tolotti Filho (2010). A seguir, apresentamos registros visuais que ilustram esses traços estilísticos, possibilitando uma leitura comparativa entre diferentes exemplares arquitetônicos associados ao banco.

Figura 3 – Edificações de agências Banmércio: 1) agência de Pelotas (RS); 2) agência de Tupanciretã (RS); 3) agência de São Borja (RS); 4) Agência de Jaraguá do Sul (SC)



Fonte: 1) Acervo Projeto Pelotas Memória; 2) Costa ([s. d.]); 3) Biblioteca Municipal Getúlio Vargas (São Borja); 4) Arquivo Histórico Eugênio Víctor Schmöckel

A edificação em análise evidencia uma predominância do estilo Art Déco, perceptível na composição geométrica, de linhas retas, e no tratamento vertical das fachadas. O edifício apresenta esquadrias inferiores e superiores alinhadas que possuem um rebaixo na volumetria da fachada, criando um ritmo vertical. Destaca-se a esquina chanfrada a 45°, que cria uma terceira fachada voltada para o cruzamento viário, solução recorrente em edifícios institucionais da primeira metade do século XX para marcar a presença urbana e facilitar a leitura do acesso principal. Tais características podem ser observadas na comparação entre as figuras 4 e 5, que mostram a edificação nos anos de 1948 e 2025, respectivamente.

Figura 4 – Edificação do Museu de Araranguá por volta de 1948



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Araranguá

Figura 5 – Edificação do Museu de Araranguá em 2025: 1) esquina da edificação em 2025; 2) fachada nordeste da edificação em 2025; 3) fachada sudeste da edificação em 2025



Fonte: Arquivo pessoal

A fachada original possuía uma simetria a partir de um eixo vertical localizado no centro da porta de entrada, tendo quatro fileiras de esquadrias para cada lado. O contraste entre a base de pedra e as paredes lisas cria uma hierarquia visual, enquanto as grandes esquadrias verticais reforçam a busca por monumentalidade com simplicidade formal. Além disso, a edificação apresenta uma platibanda reta e lisa e ausência de ornamentos excessivos, substituídos por volumes simples e planos lineares. Esses elementos formais reforçam os ideais modernos buscados pelo movimento Art Déco. A figura 6 evidencia tal eixo de simetria ainda presente na configuração atual da edificação.

Figura 6 – Esquina da edificação em 2025, demonstrando o eixo de simetria da edificação original



Fonte: Arquivo pessoal

Em 1972, com a fusão do Banco Nacional do Comércio com o SulBanco e o Banco da Província do Rio Grande do Sul, a agência de Araranguá passou por uma ampliação significativa. Nessa intervenção, foi adquirido o imóvel ao sul da edificação original, permitindo a expansão do espaço térreo e a construção de um segundo apartamento no pavimento superior, destinado à moradia do subgerente e de sua família (Hahn Junior, 2025). Essa ampliação consolidou o caráter institucional e imponente do edifício, mantendo a coerência com a linguagem arquitetônica presente. As transformações sofridas ao longo do tempo estão demonstradas na figura 7, que permite vislumbrar as ampliações visíveis na fachada sudeste da edificação, realizadas sem comprometer o caráter arquitetônico do prédio original.

Figura 7 – Ampliações realizadas na edificação, vistas na fachada sudeste



Fonte: Arquivo pessoal

Durante os anos 2000, já tendo se tornado Centro Cultural e sede do Museu Histórico Cônego Paulo Hobold, o edifício manteve-se marcante na paisagem urbana por suas cores externas, que foram alteradas em diferentes períodos, passando do tom cinza-claro para verde, depois azul *royal* e, mais recentemente, rosa, como demonstra a figura 8. Essa última cor acabou se tornando uma característica identitária e afetiva para a população de Araranguá, associando-se à sua função cultural e à sua presença visual na esquina da Praça Hercílio Luz. Como observa Hahn Junior (2025):

É impossível imaginar a Praça Hercílio Luz com suas edificações, quase todas dos anos 40 e final dos anos 50, e principalmente imaginar esta famosa esquina sem “o prédio rosa da cultura”, como citam alguns araranguenses, quando necessitam se deslocar para o espaço do museu que o abriga.

Figura 8 – Diferentes cores da fachada ao longo da década de 2000



Fonte: Arquivo pessoal

No ano de 2025 a edificação passou por sua segunda ampliação, dessa vez realizada pelo Departamento de Cultura de Araranguá para aprimorar a preservação e a organização do acervo histórico. A nova estrutura, com 120 m², foi projetada para abrigar equipamentos especializados que garantem melhores condições de conservação ao acervo, tendo destaque o arquivo deslizante de 17 m², destinado à guarda de objetos históricos relevantes para o município e região.

De modo geral, a edificação encontra-se bem preservada, mantendo grande parte de sua estrutura e configuração originais. As amplas janelas de madeira, que

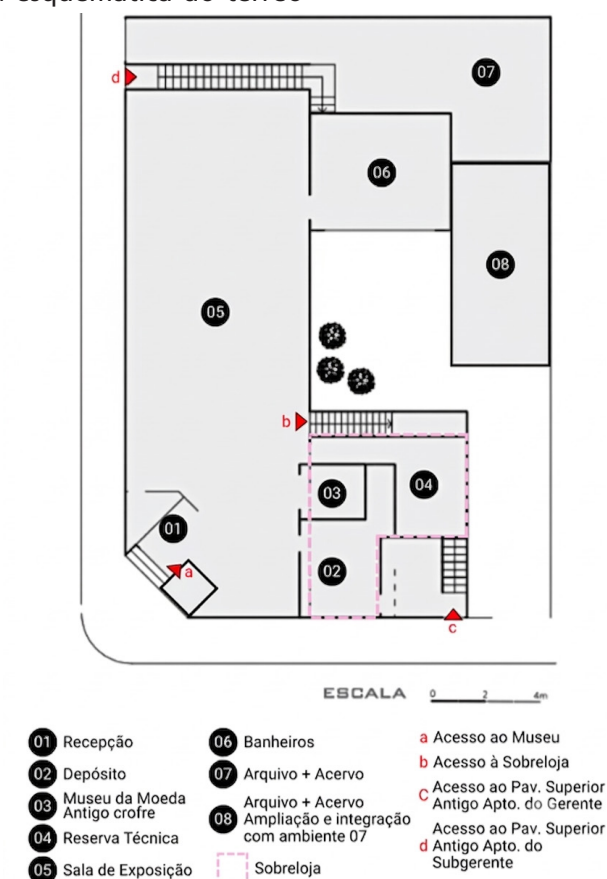
marcam a fachada, permanecem as mesmas desde a construção e conservam seu sistema interno de contrapeso em chumbo, garantindo a funcionalidade original. Essas janelas são protegidas por grades externas igualmente preservadas. A porta de entrada, que originalmente era de ferro, foi substituída por uma porta de madeira, adequando-se ao novo uso, sem perder a referência histórica do edifício.

Com a adaptação do espaço para abrigar o Museu Histórico, foram realizadas intervenções pontuais, como a instalação de forro de gesso no pavimento térreo e iluminação adequada às funções expositivas em ambos os pavimentos. A antiga sala do cofre do banco foi mantida como elemento de memória, reforçando a narrativa histórica do prédio. A maior parte dos cômodos ainda conserva os ladrilhos hidráulicos originais, feitos em uma antiga fábrica local, o que ressalta o valor patrimonial e a identidade do edifício. Essas características evidenciam a importância do bem imóvel como um marco presente na história urbana e cultural de Araranguá.

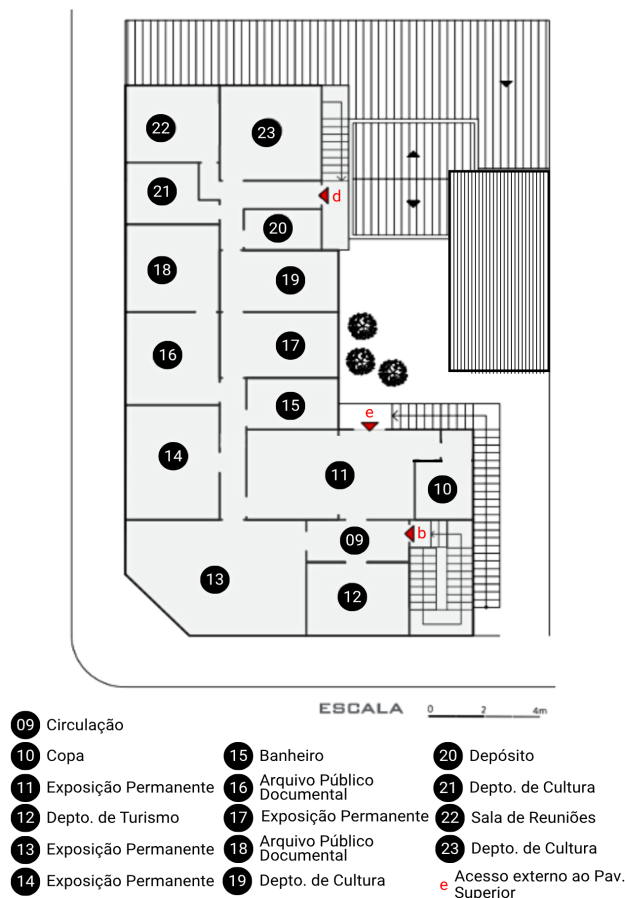
No pavimento térreo, a organização da edificação conta atualmente com: recepção, uma sala de exposição, o cofre das agências bancárias que ali funcionaram (atualmente no espaço há uma exposição chamada de “museu da moeda”), reserva técnica, banheiro, depósito e arquivo. A sobreloja da edificação é utilizada como reserva técnica de acervo. No pavimento superior funcionam os Departamentos de Cultura e de Turismo, com salas administrativas, copa, banheiro e depósito; abriga ainda o Arquivo Público Documental e quatro salas de exposição permanente.

Tomou-se como base a planta baixa apresentada por Bruna Presa Rosa (2014) em sua pesquisa, realizando as adaptações necessárias para ilustrar a disposição espacial em que se encontra o edifício atualmente (figuras 9 e 10).

Figura 9 – Planta baixa esquemática do térreo



Fonte: Adaptada de Rosa (2014)

Figura 10 – Planta baixa esquemática do pavimento superior


Fonte: Adaptada de Rosa (2014)

É fundamental uma leitura crítica sobre o processo de patrimonialização, que, conforme argumenta Françoise Choay (2001), transforma o monumento em “alegoria do patrimônio”. No caso de Araranguá, essa leitura é ainda mais crucial, pois o edifício foco deste texto não é tombado, embora, segundo os entrevistados, haja interesse da administração municipal em reconhecer formalmente seu valor patrimonial. Alexandre Rocha (2018) menciona que foi solicitado o reconhecimento do prédio como patrimônio histórico da cidade, embora não tenha conhecimento sobre o andamento do processo. Hahn Junior (2025) reforça a mesma fala, evidenciando que há interesse de patrimonialização. A ausência de tombamento revela um desafio que ainda precisa ser superado, mas não impede que o edifício já se afirme, na prática, como um espaço de memória e cultura legitimado pela comunidade.

Nessa direção, seu valor reside na atribuição de sentido e no seu papel no contexto urbano local. Ao ser desvinculado de sua função original (econômica) e elevado à categoria de bem cultural (museológico), o edifício passa a ser um objeto de contemplação e instrumento de construção de uma memória coletiva e de valorização cultural. Essa transição de “monumento” a “patrimônio” é o cerne da ressignificação observada em Araranguá, onde a arquitetura, antes símbolo do capital no município, é agora um signo da cultura.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação de uma antiga agência bancária em museu evidencia um processo complexo que transcende a simples reutilização de um edifício. Trata-se da conversão de um espaço de poder econômico em um território de memória coletiva. Tal ressignificação não ocorre de forma espontânea, ela demanda vontade política, sensibilidade social e, sobretudo, o protagonismo de sujeitos engajados na causa da cultura.

Entre 2018 e 2025, momentos de levantamento de informações para esta pesquisa, o setor cultural de Araranguá passou por importantes reconfigurações. A extinção da pasta da Cultura como instância autônoma, que passou a integrar a Secretaria de Educação, reflete uma tendência em que a cultura frequentemente ocupa lugar periférico nas prioridades orçamentárias. Embora a junção possa viabilizar ações conjuntas, como projetos de educação patrimonial em escolas, Santos (2004) aponta que isso tende a fragilizar as políticas culturais específicas, especialmente quando não há equipe técnica ou recursos próprios destinados ao setor.

A experiência de Araranguá demonstra que a continuidade das instituições culturais depende não apenas de sua estrutura física ou institucional, mas do engajamento de agentes comprometidos com sua manutenção. Entre eles, citamos a atuação dos entrevistados – Alexandre Rocha, Micheline Vargas de Matos Rocha e Valdemar Hahn Junior – para garantir um espaço destinado à cultura municipal, a instituição do arquivo público e do museu, sobretudo de modo que o Centro Cultural não se limitasse a ser um repositório de objetos, como são comumente vistos tais locais, mas, como Santos (2004) pondera, um território de memória ativa, que articula passado e presente em diálogo com a comunidade.

Conforme destaca Santos (2004), os museus contemporâneos devem funcionar como espaços de diálogo ativo, não apenas com o passado, mas também com as urgências do presente. Nessa perspectiva, iniciativas como o projeto “Museu na Escola”, as visitas guiadas com estudantes e a parceria com o Presídio Regional de Araranguá representam práticas valiosas de articulação entre cultura, educação e inclusão social. Tais ações reforçam o papel do museu como agente formador, capaz de ampliar o acesso à cultura e promover experiências significativas de pertencimento.

Por outro lado, o recuo dessas atividades nos últimos anos evidencia os desafios enfrentados pelas instituições culturais, especialmente aqueles relacionados à escassez de recursos humanos, financeiros e à baixa adesão da comunidade local. Esse cenário revela a necessidade de fortalecer a educação para o patrimônio como política permanente, sobretudo nas escolas, estimulando o olhar crítico desde cedo. O museu contribui não apenas para a preservação da memória, mas também para a formação de sujeitos conscientes de seu papel na construção e defesa do patrimônio cultural.

Outro ponto de reflexão diz respeito à convergência entre patrimônio edificado e função museológica, que ganha relevo na medida em que museus instalados em edificações históricas passam a desempenhar uma dupla função patrimonial: preservam acervos que narram o passado da comunidade e, simultaneamente, são eles próprios testemunhos materiais da história urbana. Essa sobreposição de camadas narrativas confere densidade simbólica ao espaço museológico, permitindo que ele se afirme não apenas como local de exposição, mas como agente ativo na produção e na vivência da memória coletiva.

Barrientos (2004) argumenta que processos de reabilitação de edificações devem considerar tanto as exigências técnicas quanto os sentidos simbólicos e os usos sociais que esses espaços adquirem nas cidades. Nesse sentido, a ocupação de prédios históricos por museus assegura não apenas a integridade física do imóvel, mas sua inserção em

dinâmicas sociais contínuas, promovendo a apropriação comunitária e reforçando sua presença no cotidiano urbano. Tais espaços funcionam como dispositivos de mediação cultural entre a materialidade do passado e as práticas do presente, fortalecendo o vínculo entre arquitetura, memória e pertencimento.

A ausência de tombamento oficial do prédio revela um desafio a ser enfrentado. Embora a comunidade reconheça seu valor cultural e a administração municipal manifeste interesse em sua preservação, a formalização do processo de proteção legal ainda não foi efetivada. Tal situação é sintomática de um contexto mais amplo, no qual a legislação patrimonial e os instrumentos de salvaguarda não acompanham, muitas vezes, as práticas locais de valorização cultural. Além disso, por vezes, ocorre a preocupação de que a manutenção da edificação se torne mais cara após o tombamento, por ter que seguir regras específicas de intervenção.

Situações como essa não são exclusivas de Araranguá, elas aparecem em diferentes contextos de cidades pequenas e médias, em que a legislação e os instrumentos de gestão do patrimônio cultural urbano nem sempre acompanham as formas locais de valorização simbólica dos bens (Franklin, 2019).

O Museu Histórico de Araranguá exemplifica os desafios e as potências da musealização de bens edificados. Seu percurso evidencia que a preservação da memória urbana passa pela articulação entre políticas públicas, engajamento comunitário, educação patrimonial e uso ativo do espaço. Transformar um antigo banco em centro cultural e museu não é apenas um gesto simbólico, mas uma estratégia concreta de ressignificação do território e de fortalecimento do pertencimento coletivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aluísio de. **Vida e morte do tropeiro**. São Paulo: Martins, 1971.

AMESC – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE. **Museu terá passado e presente de Araranguá**. 2009. Disponível em: <https://amesc.com.br/noticia-392800/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

ARARANGUÁ. Prefeitura. **O Departamento de Cultura de Araranguá está ampliando o acervo do Museu Histórico Cônego Paulo Hobold...** Araranguá, 4 fev. 2025. Instagram: @prefeituraararangua. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DFpslmtJlKY/>. Acesso em: 19 maio 2026.

BARRIENTOS, Maria Izabel G. G. **Retrofit de edificações: estudo de reabilitação e adaptação das edificações antigas às necessidades atuais**. 2004. 235 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/1652>. Acesso em: 29 nov. 2018.

BICCA, Paulo. Arquiteto Theo Wiederspahn: um eclético no sul do Brasil. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 48-53, out./dez. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/8553>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em: 27 nov. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 nov. 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CORAZZA, Gentil. Sistema financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. especial, p. 491-516, 2002.

COSTA, Luis Afonso. **Lagartus On Line**: fotos e história de arquivo. Tupanciretã, [s. d.]. Disponível em: <https://luisafonsocostatupan.blogspot.com/>. Acesso em: 19 maio 2026.

FRANKLIN, Arthur Zanuti. **A gestão do patrimônio cultural em pequenas cidades históricas**: Manhumirim, MG (1997-2017). 2019. 198 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

GAKLIK, Émille Schmidt; SAAD, Denise de Souza. Theo Wiederspahn: obra e legado patrimonial, presentes na arquitetura de Santa Maria (RS). **ArquiteturaRevista**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 82-98, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2013.92.02>. Acesso em: 23 nov. 2018.

GARCIA, Darcy. **O sistema financeiro do Rio Grande do Sul**: da criação da Caixa Econômica Estadual ao surgimento dos bancos múltiplos. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva. In: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (org.). **Antropologia na esfera pública**: patrimônios culturais e museus. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 29-47.

HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá**. Complementada e atualizada por Alexandre Rocha. Araranguá: [s. n.], 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Araranguá (SC)**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/ararangua/panorama>. Acesso em: 17 maio 2026.

MERIDIONAL é vendido com ágio de 54,97%. **Folha de São Paulo**, 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc051220.htm/>. Acesso em: 23 nov. 2018.

OLIVEIRA, Mateus Antônio Nogueira; SILVA, Roberto Márcio da; ALMEIDA, Sabrina Ferraz de; SOUZA, José Victor Brasil de; OLIVEIRA, Kamila Diniz. Desafios da preservação do patrimônio histórico construído no Brasil: uma introdução e aspectos multidisciplinares. **Revista Delos**, Curitiba, v. 18, n. 66, p. 1-20, 2025. DOI: 10.55905/rdelosv18.n66-129.

OTAVIANI, Letícia Cristina. Apropriação social e preservação: explorando os potenciais dos espaços industriais readaptados através da participação. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 8, p. 1-19, 2025. DOI: 10.56083/RCV5N8-110.

PREFEITURA DE ARARANGUÁ. **Museu Histórico de Araranguá**. S. d. Disponível em: <https://ararangua.sc.gov.br/pagina-22678/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

ROCHA, Fernando Goulart. **Os subespaços rurais na expansão urbana de Araranguá-SC**. 2004. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87821>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ROSA, Bruna Presa. **Centro Cultural na cidade de Araranguá – SC: relação entre arquitetura e cultura**. 2014. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/4387>. Acesso em: 2 dez. 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 53-73, 2004.

SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Araranguá em números**. 2024. Disponível em: <https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/ararangua>. Acesso em: 18 maio 2026.

SOUZA, Gabriel Cruz de. **As artesãs irmãs Souza: visualidade e arte popular em Santa Catarina (Araranguá, 1980)**. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

TOLOTTI FILHO, José Luiz. **Ecletismo e reciclagem: o edifício do MARGS, do Memorial do RS, e do Santander Cultural**. 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26716>. Acesso em: 23 nov. 2018.

Entrevistas realizadas

HAHN JUNIOR, Valdemar. **Valdemar Hahn Junior**: entrevista oral [26 e 28 jul. 2025, Araranguá]. Entrevistadores: Paola Vieira da Silveira, Luiz Eduardo Pereira e Camila Mengue Pereira. Entrevista concedida para fins de pesquisa.

ROCHA, Alexandre. **Alexandre Rocha**: entrevista oral [6 dez. 2018, Araranguá]. Entrevistadores: Paola Vieira da Silveira e Luiz Eduardo Pereira. Entrevista concedida para fins de pesquisa.

ROCHA, Micheline Vargas de Matos. **Micheline Vargas de Matos Rocha**: entrevista oral [7 dez. 2018, Araranguá]. Entrevistadores: Paola Vieira da Silveira e Luiz Eduardo Pereira. Entrevista concedida para fins de pesquisa.